



EDITAL DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO MODO ABERTO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS CPLI Nº - 05.2.../.....

A Copasa, com sede à Rua Mar de Espanha, nº 525, Belo Horizonte, Minas Gerais, torna público que realizará a licitação por meio do **Modo Aberto Eletrônico, tipo menor preço, Ampla Concorrência**, objetivando o Registro de Preços para aquisição futura.

CAPÍTULO PRIMEIRO - PRELIMINARES

- 1.1** A Licitação no Modo Aberto Eletrônico será regida pela Lei Federal nº 13.303 de 30/06/2016, pelo Regulamento de Contratações da Copasa, aprovado pelo Conselho de Administração da Copasa em 27/10/2022 e publicado em 11/11/2022, pelo Código de Conduta e Integridade da Copasa, pela Política de Compliance Anticorrupção da Copasa, pelos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, pela Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, pelos Decretos Estaduais nº 46.782, de 23 de junho de 2015 e nº 47.154, de 20 de fevereiro de 2017 e pelas disposições deste Edital e seus Anexos.
- 1.1.1** Conforme disposto no parágrafo 1º, inciso I do artigo 31 do Regulamento de Contratações da Copasa, **não são aplicadas** as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 1.1.2** A obtenção de benefícios constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 1.1.3** Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos no item 1.1.2.
- 1.1.4** Em se tratando de Microempresa (ME) ou empresa de Pequeno Porte (EPPs) e desejando, esta, se beneficiar do tratamento diferenciado, deverá anexar

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

declaração do seu enquadramento nesta condição, devidamente assinada por representante constante do “quadro de sócios e administradores” ou por procurador, conforme modelo anexo a este Edital, além de anexar documento que endosse tal enquadramento, vide **Anexo A - “Proposta Comercial e Julgamento”**.

1.1.5 Em se tratando de proposta apresentada por Consórcio, a declaração acima deverá explicitar se a solicitação se refere às Consorciadas isoladamente ou ao Consórcio.

1.2 A Licitação no Modo Aberto Eletrônico será realizada em sessão pública, por meio da internet, no site www.copasa.com.br.

1.3 Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Agente de Licitação e Equipe de Apoio, designados pelo(a) Presidente da Copasa.

1.4 Período de encaminhamento da proposta comercial: início dia/...../....., término dia/...../....., àshoras.

1.5 A abertura da sessão da Licitação no Modo Aberto Eletrônico ocorrerá no dia/...../....., 05 (cinco) minutos após o horário do término de encaminhamento da proposta comercial, conforme estabelecido no item 1.4 deste Edital.

1.6 Qualquer cidadão ou licitante poderá questionar ou impugnar o ato convocatório, obedecendo-se o disposto no Capítulo “**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**”, constante deste Edital.

1.7 As respostas dadas aos esclarecimentos serão publicadas no sítio eletrônico da Copasa e passam a integrar o Edital na condição de anexos.

1.8 A revogação, anulação ou homologação do certame será publicada nos termos do artigo 6-A do Regulamento de Contratações da Copasa.

1.9 As licitantes interessadas deverão consultar diariamente o site da Copasa, na página específica da Licitação no Modo Aberto Eletrônico, para fins de verificação de esclarecimentos, não podendo alegar desconhecimento em relação às informações disponibilizadas sobre este Edital.

1.10 Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília (DF).

CAPÍTULO SEGUNDO - DO OBJETO

2.1 O objetivo desta licitação é selecionar, dentre as peticionantes que se apresentarem, a proposta considerada mais vantajosa, de acordo com os critérios estabelecidos no presente Edital, para o Registro de Preços de **(INFORMAR O OBJETO)**, organizado(s) em **LOTE(S) /ITEM(NS)**, destinado(s) **(INFORMAR APLICAÇÃO)**, conforme o(s) documento(s)

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

(INFORMAR DOCUMENTOS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO AUTORIZATIVA/ANEXOS), integrante(s) deste instrumento convocatório.

(INSERIR/EXCLUIR LOTE(S) CONFORME DESCRITO NA DOCUMENTAÇÃO AUTORIZATIVA/ANEXOS)

LOTE 01 -

LOTE 02 -

LOTE 03 -

LOTE 04 -

2.1.1 (SE NECESSÁRIO, ADICIONAR SUBITENS/DETALHES ACERCA DO OBJETO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO AUTORIZATIVA/ANEXOS).

CAPÍTULO TERCEIRO - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1** Poderão participar da presente licitação as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto desta licitação e/ou as que possuírem comprovação de experiência por meio da apresentação do Atestado de Capacidade Técnica, **previamente credenciadas perante o sistema eletrônico**, conforme item 4.2, alíneas “a” e “b”, deste Edital.
- 3.2** Não poderá(ão) participar, direta ou indiretamente, da licitação e da(s) contratação(ões) oriunda(s) desta(s), a(s) empresa(s):
- cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Copasa;
 - suspensa pela Copasa, seja isoladamente ou sob a forma de consórcio;
 - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pelo Estado de Minas Gerais, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
 - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
 - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
 - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

- h) que tenha nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- i) com a falência decretada;
- j) concorrentes que apresentem para o objeto licitado o mesmo responsável técnico (RT);
- k) que possuam endereços idênticos, exceto em situação de *coworking* devidamente comprovada;
- l) de um mesmo grupo econômico ou financeiro para projetar, executar e fiscalizar um mesmo empreendimento, mesmo que em contratos distintos;
- m) não possuírem o CHT - Certificado de Homologação Técnica do objeto desta licitação em nome da empresa licitante. **(EXCLUIR REDAÇÃO QUANDO NÃO FOR SOLICITADO CHT NA ESPECIFICAÇÃO)**

3.2.1 Aplica-se a vedação prevista no item 3.2:

- a) à contratação do próprio empregado ou dirigente da Copasa, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - b.1) dirigente da Copasa;
 - b.2) empregado da Copasa cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
 - b.3) autoridade do Estado de Minas Gerais, assim entendido aqueles que exercem o cargo de Secretários de Estado, Diretores Gerais, Presidentes de Estatais e de Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional, bem como dos Serviços Sociais Autônomos e seus equivalentes.
- c) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Copasa há menos de 6 (seis) meses.

3.3 A participação neste certame implica na aceitação irrestrita de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, independentemente de manifestação expressa nesse sentido.

CAPÍTULO QUARTO - DO CREDENCIAMENTO

4.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão credenciar-se pelo site www.copasa.com.br, obedecendo a todas as instruções nele contidas, antes da data de realização desta licitação definida no item 1.5.

4.1.1 Para o credenciamento deverá ser observado, especificamente, o item **“Cadastro de Fornecedores”** da página de instruções do site www.copasa.com.br.

4.1.2 As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (31) 3250-1746 ou 3250-1597.

4.2 O credenciamento dar-se-á por meio:

- a) da atribuição de senha, pessoal e intransferível, cujo uso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Copasa, coordenadora do sistema eletrônico, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- b) do lançamento do “Termo de Responsabilidade” no sistema da Copasa. Este documento poderá ser protocolado conforme disposto no Manual para Cadastramento de Fornecedores e enviado para o endereço Rua Mar de Espanha, 453, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG ou eletronicamente através do endereço usqfcad@copasa.com.br ou através de fleg eletrônico, declarando conhecimento e concordância com o referido Termo. Ressalta-se que, caso o licitante já o tenha enviado, quando do seu cadastramento inicial ou para participação de outra licitação, não será necessário novo envio. O modelo do “Termo de Responsabilidade” e o Manual para Cadastramento de Fornecedores encontram-se disponíveis no site da Copasa.

4.3 O credenciamento da licitante ou de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes à Licitação no Modo Aberto Eletrônico, sob pena da aplicação das sanções previstas no Regulamento de Contratações da Copasa.

CAPÍTULO QUINTO - DO ENVIO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

5.1 As condições de preenchimento, aceitação e envio da(s) proposta(s) comercial(is) encontram-se definidas no **Anexo - “Proposta Comercial e Julgamento”**.

CAPÍTULO SEXTO - DA SESSÃO DA LICITAÇÃO NO MODO ABERTO ELETRÔNICO

6.1 Após a abertura da(s) Proposta(s) Comercial(ais), no dia e horário previstos neste Edital, o(a) Agente de Licitação iniciará a sessão pública.

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

CAPÍTULO SÉTIMO - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS (PREÇOS)

- 7.1 O(a) Agente de Licitação classificará a(s) Proposta(s) Comercial(ais) apresentada(s), em ordem crescente, a partir daquela de **menor preço OU menor fator redutor OU maior desconto, ADEQUAR CONFORME O TIPO DE PROPOSTA COMERCIAL/JULGAMENTO** passando a avaliar a aceitabilidade da(s) mesma(s), podendo ensejar na desclassificação de toda a proposta.

CAPÍTULO OITAVO - DOS LANCES

- 8.1 **MANTER ESTA REDAÇÃO QUANDO PELO MENOS UM LOTE/ITEM POSSUIR VALOR INFERIOR A R\$4.800.000,00** Após a classificação das propostas, o(a) Agente de Licitação informará, por meio do sistema eletrônico, se há, dentre os participantes do(s) **LOTE(S)** **(ATENÇÃO: ADEQUAR LOTE(S) CONFORME OBJETO)**, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em observância ao disposto na Lei Complementar 123/06, e convidará as licitantes que tiverem suas propostas classificadas a apresentarem lances por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos.
- 8.1 **MANTER ESTA REDAÇÃO QUANDO TODOS OS LOTES/ITENS POSSUÍREM VALORES SUPERIORES A R\$4.800.000,00** Após a classificação das propostas, o(a) Agente de Licitação, por meio do sistema eletrônico, convidará as licitantes que tiverem suas propostas classificadas a apresentarem lances por meio do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras de aceitação dos mesmos.
- 8.2 Durante o transcurso da sessão pública as licitantes poderão acompanhar, em tempo real, todas as mensagens trocadas no *chat* do sistema, conhecer valor e horário do menor lance registrado e apresentado, não sendo identificado o detentor do lance.
- 8.3 Os licitantes competirão entre si e somente poderão ofertar lances cujos valores sejam inferiores ao seu último lance registrado no sistema.
- 8.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.5 Caso o proponente não ofereça lances, permanecerá o valor da última proposta eletrônica para efeito da classificação final.
- 8.6 No caso de desconexão do(a) Agente de Licitação no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão a ser recebidos sem prejuízos dos atos realizados.
- 8.6.1 Quando a desconexão do(a) Agente de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Licitação será suspensa e reiniciada somente após a comunicação aos participantes.

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

8.7 A etapa inicial de lances será encerrada por decisão do(a) Agente de Licitação, após a qual transcorrerá período de tempo randômico de 05 (cinco) até 30 (trinta) minutos, determinado pelo sistema eletrônico, durante o qual ainda será possível o encaminhamento de lances.

8.7.1 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de 05 (cinco) até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, havendo prorrogação automática pelo sistema de 03 (três) minutos, quando houver lance nos últimos três minutos, visando à continuidade da disputa, e assim sucessivamente, até que se encerrem os 30 (trinta) minutos.

8.8 Encerrado o tempo randômico, automaticamente pelo sistema estará encerrada a recepção de lances.

8.9 **EXCLUIR ESTA REDAÇÃO (8.9 E SUBITENS) QUANDO TODOS LOTES/ITENS POSSUÍREM VALORES SUPERIORES A R\$4.800.000,00** Após o término do tempo randômico, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP para o(s) LOTE(S) **(ATENÇÃO: ADEQUAR LOTE(S) CONFORME OBJETO)** com valor até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

8.9.1 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.9.1.1 A ME ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão.

8.9.1.2 Não ocorrendo a situação de ME ou EPP, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 8.9, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.9.1.3 Não havendo ME ou EPP, em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, será mantida a ordem de classificação original do certame.

8.9.1.4 O disposto no item 8.9 somente se aplicará quando a melhor oferta final não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

CAPÍTULO NONO - DO JULGAMENTO

9.1 Os critérios para julgamento da(s) proposta(s) comercial(is) encontram-se definidos no **Anexo - “Proposta Comercial e Julgamento”**.

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

CAPÍTULO DÉCIMO - DA HABILITAÇÃO

10.1 Poderão participar desta Licitação todas as empresas nacionais ou estrangeiras estabelecidas no Brasil que comprovem sua habilitação para o fornecimento do objeto desta licitação, conforme disposto neste Capítulo, registradas no Cadastro de Empresas da Copasa.

10.2 A habilitação será comprovada pela análise dos documentos relacionados abaixo:

a) Habilitação Jurídica:

- a.1) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- a.2) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, ou os respectivos documentos consolidados, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- a.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- a.4) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

b) Qualificação Técnica:

Preencher de acordo com as informações prestadas pela unidade requisitante por meio de documentação autorizativa (Atestado(s), Certidão(ões), Declaração(ões), etc).

c) Qualificação Econômica - Financeira:

- c.1) Certidão negativa de falência, expedida nos últimos 90 (noventa) dias pelo distribuidor judicial da sede da empresa.

NOTA 01: ESCOLHER A(S) OPÇÃO(ÕES) ABAIXO DE ACORDO COM O(S) VALOR(ES) ESTIMADO(S) PARA O(S) ITEM(NS)/ LOTE(S) DA LICITAÇÃO

(UTILIZAR A REDAÇÃO ABAIXO PARA ITEM(NS)/LOTE(S) COM VALOR(ES) ESTIMADO(S) DE ATÉ R\$600.000,00)

- c.2) **Para o(s) Item(ns)/ Lote(s): Comprovação de possuir na data da realização da Licitação, Patrimônio Líquido Positivo ou Capital Social integralizado de 10% (dez por cento) do valor da oferta do licitante:**

- **Patrimônio Líquido Positivo:** apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
 - **Capital Social:** poderá ser confirmado pelo(a) Agente de Licitação no Cadastro de Empresas da Copasa ou pela apresentação do Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa ou Cartório de Registro Civil de pessoas jurídicas do município;
- c.2.1) As empresas com menos de um exercício financeiro deverão apresentar Balanço de Abertura ou último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;
- c.2.2) Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial, inclusive o de abertura, e as Demonstrações Contábeis, apresentados em uma das seguintes formas:
- c.2.2.1) publicados em Diário Oficial;
 - c.2.2.2) publicados em Jornal;
 - c.2.2.3) por cópia do Livro Diário registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou no órgão de registro equivalente;
 - c.2.2.4) por cópia do Livro Diário, mediante apresentação do “Recebido de Entrega do SPED CONTÁBIL” emitido pela Receita Federal do Brasil.
- c.2.3) As empresas não obrigadas a declarar Imposto de Renda pelo lucro real poderão optar pelo registro do Balanço Patrimonial em cartório de registro de documentos.
- c.2.4) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, quando expedidos pela Junta Comercial ou órgão de registro equivalente e SPED CONTÁBIL, deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador, sendo indispensáveis a indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade;
- c.2.5) Quando apresentados por meio de publicação é indispensável a identificação do veículo e a data de sua publicação;
- c.2.6) Fica dispensada a exigência do item “c.2” **(ADEQUAR ALÍNEA SE NECESSÁRIO)** para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional - Regime Especial Unificado de

Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

- c.3) **(QUANDO FOR O CASO, MEDIANTE JUSTIFICATIVA EMITIDA EM NOTA TÉCNICA)** Índices contábeis de capacidade financeira, devidamente justificados no processo da licitação, que contenham parâmetros atualizados de mercado e atendam às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

(UTILIZAR A REDAÇÃO ABAIXO PARA ITEM(NS)/LOTE(S) COM VALOR(ES) ESTIMADO(S) DE ACIMA R\$600.000,00 E RENUMERAR QUANDO NECESSÁRIO)

- c.2) **Para o(s) Item(ns)/ lote(s)**: Comprovação de possuir na data da realização da Licitação, **Patrimônio Líquido** ou **Capital Social** integralizado de 10% (dez por cento) do valor da oferta do licitante:

- **Capital Social**: poderá ser confirmado pelo(a) Agente de Licitação no Cadastro de Empresas da Copasa ou pela apresentação do Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa ou Cartório de Registro Civil de pessoas jurídicas do município;
- **Patrimônio Líquido**: apresentação do Balanço Patrimonial do último Exercício devidamente registrado na Junta Comercial do Estado sede da empresa ou Cartório de Registro Civil de pessoas jurídicas do município.

c.2.1) As empresas com menos de um exercício financeiro deverão apresentar Balanço de Abertura ou último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso;

c.2.2) Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial, inclusive o de abertura, e as Demonstrações Contábeis, apresentados em uma das seguintes formas:

c.2.2.1) publicados em Diário Oficial;

c.2.2.2) publicados em Jornal;

c.2.2.3) por cópia do Livro Diário registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou no órgão de registro equivalente;

c.2.2.4) por cópia do Livro Diário, mediante apresentação do “Recebido de Entrega do SPED CONTÁBIL” emitido pela Receita Federal do Brasil.

c.2.3) As empresas não obrigadas a declarar Imposto de Renda pelo lucro real poderão optar pelo registro do Balanço Patrimonial em cartório de registro de documentos.

c.2.4) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, quando expedidos pela Junta Comercial ou órgão de registro equivalente e SPED CONTÁBIL, deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador, sendo indispensáveis a indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade;

c.2.5) Quando apresentados por meio de publicação é indispensável a identificação do veículo e a data de sua publicação;

c.3) **(QUANDO FOR O CASO, MEDIANTE JUSTIFICATIVA EMITIDA EM NOTA TÉCNICA)** Índices contábeis de capacidade financeira, devidamente justificados no processo da licitação, que contenham parâmetros atualizados de mercado e atendam às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

Nota: **(MANTER ESTA REDAÇÃO QUANDO SE TRATAR DE LICITAÇÃO POR LOTE/ITEM)** No caso de licitação cuja Proposta Comercial e Julgamento seja por Lote/Item, a análise correspondente ao **Patrimônio Líquido** ou **Capital Social** será realizada isoladamente.

d) Regularidade Fiscal:

- d.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- d.2) Prova de regularidade relativa à seguridade social, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- d.3) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- d.4) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual de Minas Gerais, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

Nota: As provas de regularidade dos documentos acima deverão estar dentro do prazo de validade, ou nos casos em que não constar a validade, a mesma será aceita com o prazo de até 90 (noventa) dias da data de sua emissão.

10.2.1 A empresa que se encontrar, na data da realização da Licitação, com os documentos relacionados no item 10.2 vigentes, exceto a documentação da alínea "b", ficará liberada de apresentá-los, mediante consulta do(a) Agente

de Licitação ao Cadastro da Copasa. **(EXCLUIR A REDAÇÃO SOMBREADA, QUANDO NÃO HOUVER QUALIFICAÇÃO TÉCNICA)**

10.2.2 A condição de cadastramento da licitante será verificada pelo(a) Agente de Licitação, por meio do sistema informatizado da Copasa.

10.2.2.1 A empresa cadastrada com documento(s) vencido(s) terá que enviá-lo(s), regularizado(s), conforme o Capítulo “**DO JULGAMENTO**” deste Edital.

10.2.3 Poderão ser aceitos novos documentos relacionados à proposta comercial e habilitação, em sede de diligência, em conformidade com o disposto no artigo 93 do Regulamento de Contratações da Copasa.

10.2.3.1 Caso seja necessário o envio de novos documentos, a licitante deverá fazê-lo, durante a sessão da licitação. Excepcionalmente, **mediante justificativa** emitida pela licitante e apreciada pelo(a) Agente de Licitação, poderá ser estendido o prazo para envio de novos documentos, por meio do e-mail agentes.cpli@copasa.com.br, limitado ao prazo de reabertura da sessão da licitação, que nunca será inferior a 02 (dois) dias úteis.

10.3 Serão aceitas e consideradas propostas apresentadas por empresas em consórcios, observadas as condições dispostas abaixo:

10.3.1 A empresa líder do consórcio, deverá ser a majoritária na contratação pretendida, e sua representação administrativa terá autorização para tomada de decisões perante a Copasa.

10.3.1.1 A indicação da empresa líder do consórcio será feita sem prejuízo da responsabilidade solidária do(s) outro(s) membro(s) pelo bom desempenho do consórcio perante a Copasa e pelo integral cumprimento das obrigações assumidas.

10.3.1.2 A empresa líder do consórcio, em nome da(s) empresa(s) consorciada(s) será responsável por todos os entendimentos técnicos e administrativos perante a Copasa, relativos a esta licitação, bem como na eventual execução contratual.

10.3.2 O Consórcio poderá ser formado sem limite de quantidade de empresas.

10.3.2.1 No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a soma da receita bruta não poderá ultrapassar o limite previsto no art. 3º da Lei Complementar 123/06.

10.3.3 Previamente à assinatura do Contrato decorrente desta licitação, caso o fornecimento venha a ser registrado a um Consórcio, deverá ser apresentado o documento formal e legalizado de sua constituição, nos

termos dos artigos 278 e 279 da Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976, e alterações posteriores.

10.3.3.1 A empresa líder do consórcio, quando comunicada pela Copasa, terá o prazo máximo de **15 (quinze) dias** para apresentação da documentação de formalização de consórcio. Este prazo poderá ser prorrogado 01 (uma) vez por igual período, mediante solicitação formal da empresa líder. O não cumprimento do disposto acarretará a aplicação das sanções cabíveis, previstas em lei e no Regulamento de Contratações da Copasa.

10.3.4 São condições para participação de empresas em consórcio nas licitações:

- a) Não participar na licitação em mais de um consórcio, nem como licitante isolada.
- b) As sociedades interligadas somente poderão participar da licitação se estiverem no mesmo consórcio.
- c) Apresentação isoladamente por cada empresa consorciada da documentação relativa a:
 - c.1) habilitação jurídica;
 - c.2) regularidade fiscal; e
 - c.3) certidão negativa de falência, expedida nos últimos 90 (noventa) dias pelo distribuidor judicial da sede da empresa.
- d) Apresentação do compromisso de constituição do consórcio, público ou particular, subscrito por todas as consorciadas, de acordo com a legislação vigente, observando:
 - d.1) designação do consórcio, sua composição e proporção da participação de cada uma das consorciadas;
 - d.2) finalidade do consórcio;
 - d.3) prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo contratual, acrescido de 03 (três) meses, bem como o endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre as partes;
 - d.4) definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciada, com as respectivas prestações específicas em relação ao objeto da licitação;
 - d.5) declaração expressa de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio na execução do contrato;

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

- d.6) indicação da líder do consórcio;
- d.7) compromisso das consorciadas de que o instrumento de constituição do consórcio, devidamente registrado pelo órgão competente, será apresentado antes da assinatura do contrato decorrente da licitação;
- d.8) compromisso das consorciadas de não alteração ou modificação na constituição ou composição do consórcio, até o cumprimento do objeto da licitação, exceto com prévia e expressa anuência da Copasa;

10.3.4.1 As exigências de Qualificação Econômico-Financeira são as definidas neste Edital.

10.3.4.2 Os requisitos de qualificação técnica poderão ser atendidos isolada ou conjuntamente.

10.3.4.3 As condições para liderança do consórcio são as definidas neste Edital.

10.4 Os documentos mencionados não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.

10.5 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.5.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Copasa, contado do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.5.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na inabilitação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas no Contrato e no Regulamento de Contratações da Copasa, devendo a Copasa convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a análise de sua habilitação e prosseguimento do certame.

10.6 São consideradas inabilitadas, as empresas cujos registros no cadastro de empresas da Copasa estejam suspensos ou cancelados.

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO - DOS RECURSOS

- 11.1** Finda a etapa de lances e após declarada(s) a(s) vencedora(s), qualquer licitante terá o prazo de até 10 (dez) minutos para manifestar, mediante motivação devidamente fundamentada, por meio eletrônico, a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis à licitante para que apresente suas razões recursais, findo o qual será automaticamente iniciado igual prazo para a apresentação das contrarrazões.
- 11.2** A falta de manifestação motivada da licitante, nos termos do item anterior, importará a decadência do direito de recurso.
- 11.3** Face ao efeito suspensivo imposto ao certame para tramitação de recursos, o(a) Agente de Licitação poderá avaliar, durante a sessão pública, o juízo de admissibilidade das intenções, com vistas a afastar a eventual interposição de recursos meramente procrastinatórios, bem como, contra-argumentar e/ou elucidar dúvidas e/ou divergências, no que tange à aplicação objetiva da legislação e das disposições deste Edital e seus Anexos.
- 11.4** Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação da intenção da licitante durante a sessão pública, e o encaminhamento das razões do recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes, serão realizados exclusivamente por meio do portal de compras da Copasa, no endereço: <https://srm.copasa.com.br/sap/bc/nwbc>. Os licitantes devem realizar o login (usuário e senha) e no menu SRM, em serviço para o fornecedor, clicar na opção recurso/contrarrazão.
- 11.4.1** A apresentação de documentos complementares, devidamente identificados, relativos às peças indicadas no item acima, se houver, será efetuada mediante protocolo na Copasa, à Rua Carangola, 606, Santo Antônio, em Belo Horizonte/MG, no horário de 08:30 às 12:00 e de 14:00 às 17:30 horas, nos dias úteis, observados os prazos previstos no item 11.1 deste Edital.
- 11.5** Tão somente será aceito o envio da documentação pelo e-mail agentes.licita@copasa.com.br quando se tratar de situação imprevisível.
- 11.6** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.7** A decisão do(a) Agente de Licitação deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente responsável pela instauração da licitação.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO - DO REGISTRO DE PREÇOS E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1** Inexistindo manifestação recursal, o(a) Agente de Licitação registrará os preços, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

12.2 O valor máximo a ser registrado não poderá ser superior: **(UTILIZAR SOMENTE QUANDO JUSTIFICADA A ABERTURA DOS PREÇOS OU QUANDO FOR UTILIZADO O JULGAMENTO PELO MAIOR DESCONTO)**

- LOTE 01 - R\$

- LOTE 02 - R\$

- LOTE 03 - R\$

- LOTE 04 - R\$

CAPÍTULO DÉCIMO TERCEIRO - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO

13.1 Homologado o resultado da licitação, a Copasa, respeitada a ordem de classificação, convocará o(s) beneficiário(s) da Ata de Registro de Preços para a sua assinatura, no prazo de **05 (cinco)** dias úteis após o recebimento da convocação via e-mail, podendo ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período.

13.1.1 Em caso de registro de preço do objeto desta licitação a um consórcio, o mesmo será convocado para apresentação do documento mencionado no Capítulo **“DA HABILITAÇÃO”** deste Edital.

13.1.1.1 Após analisada a documentação mencionada acima, e verificada sua conformidade com a legislação pertinente, o beneficiário da Ata de Registro de Preço poderá ser convocado para assinatura da respectiva Ata.

13.1.1.2 Caso a documentação mencionada em Capítulo **“DA HABILITAÇÃO”** deste Edital, não esteja em conformidade com a legislação pertinente, serão aplicadas ao beneficiário da Ata as penalidades cabíveis, previstas em lei. Nesse caso, serão convocadas as licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebração da Ata de Registro de Preço.

13.1.2 Todos os documentos pertinentes à Ata de Registro de Preços, inclusive o próprio instrumento da Ata Registro de Preços e seu termo aditivo, podem ser assinados digitalmente, com autenticidade reconhecida pelo certificado digital ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade dos documentos em forma eletrônica, e enviados, entre as partes, por meio eletrônico.

13.1.3 Para assinatura da Ata Registro de Preços será exigida assinatura digital certificada. A critério da Copasa, poderão ser aceitas outras formas de assinatura.

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

13.2 A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada pelo vencedor do certame, bem como eventuais licitantes classificados que aceitarem cotar valores iguais à proposta vencedora.

13.2.1 O beneficiário que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado no item anterior, dela será excluído, sem prejuízo das sanções previstas em lei, ensejando a decadência do direito de fornecimento e a aplicação de multa correspondente a 1% (um por cento) do valor total a ele registrado.

13.2.2 Caso o beneficiário recuse-se a assiná-la será(ao) convocada(s) a(s) licitante(s) remanescente(s).

13.2.2.1 Na hipótese de convocação das licitantes remanescentes, a licitante deverá manter sua última proposta registrada, podendo negociar este preço, não havendo necessidade de cobrir o preço da proposta mais vantajosa.

13.3 O(s) fornecedor(es) detentor(es) dos preços registrados deverá(ao) comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar a Ata de Registro de Preços, o Contrato ou Pedido de Compra, bem como conservá-las durante toda a execução dos referidos instrumentos.

13.4 Ocorrendo fato superveniente à celebração da Ata de Registro de Preços, devidamente justificado pela Autoridade Competente, a Copasa e participantes não estão obrigados a contratar com o fornecedor registrado, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida. **(QUANDO HOUVER PARTICIPANTE)**

13.5 A Ata de Registro de Preços terá validade de (.....) **meses**, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que, seja demonstrada a vantagem de sua prorrogação, bem como a concordância do Beneficiário da Ata.

13.5.1 Os preços registrados poderão ser revisados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao Gerenciador da Ata promover as negociações junto ao(s) Beneficiário(s) da(s) Ata(s), observadas as disposições contidas no Regulamento de Contratações da Copasa.

13.5.2 A ARP - Ata de Registro de Preços estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

13.5.3.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ARP - Ata de Registro de Preços.

- 13.6** Durante a vigência da Ata a Copasa poderá formalizar vários Contratos e/ou Pedidos de Compra com entrega única ou parcelada.

CAPÍTULO DÉCIMO QUARTO - DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E CARONAS

- 14.1** Não há órgãos participantes nesse processo, sendo todo o quantitativo registrado para a Copasa. **OU** O órgão participante deste Registro de Preços que possui a Copasa como órgão gerenciador é o relacionado abaixo:

a) Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR. **(QUANDO HOUVER PARTICIPANTE)**

- 14.2** As adesões por caronas deverão ser previamente autorizadas pela Copasa e seguirão todas as disposições do Regulamento de Contratações da Copasa.

CAPÍTULO DÉCIMO QUINTO - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO BENEFICIÁRIO DA ATA

- 15.1** O registro do Beneficiário da Ata será cancelado quando este:

- a) descumprir as condições deste Edital e da Ata de Registro de Preços;
- b) não assinar o termo de contrato ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Gerenciador da Ata, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento para contratar com a Copasa ou outra com efeito similar;
- e) quando o Beneficiário da Ata for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação da unidade jurídica.

- 15.2** O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas nas alíneas do item anterior, será formalizado por despacho da Autoridade Competente, assegurado, de forma prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o contraditório e a ampla defesa.

- 15.3** O cancelamento do registro poderá ocorrer por ato unilateral do Gerenciador da Ata ou a pedido do Beneficiário da Ata.

CAPÍTULO DÉCIMO SEXTO - DO CONTRATO

- 16.1** O prazo máximo para assinatura do Contrato ou Pedido de Compra será de **05 (cinco)** dias úteis após o recebimento da convocação via e-mail, podendo ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período.

- 16.1.1** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do Contrato ou Pedido de Compra, decorrentes desta licitação, somente será analisada

se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

16.2 O adjudicatário deverá assinar o Contrato ou o Pedido de Compra com a Copasa no dia e hora designados por convocação, sob pena de aplicação das sanções cabíveis previstas em lei e no Regulamento de Contratações da Copasa.

16.2.1 A contratação, objeto dessa licitação, será feita mediante instrumento hábil de adjudicação a ser assinado com a Copasa, que deverá ser feito em língua portuguesa e obedecerá à legislação brasileira.

16.2.1.1 Todos os documentos pertinentes ao Contrato, inclusive o próprio instrumento de contrato e seus termos aditivos, podem ser assinados digitalmente, com autenticidade reconhecida pelo certificado digital ICP-Brasil ou outro meio de comprovação da autoria e da integridade dos documentos em forma eletrônica, e enviados, entre as partes, por meio eletrônico.

16.2.1.2 Para assinatura do Contrato será exigida assinatura digital certificada. A critério da Copasa, poderão ser aceitas outras formas de assinatura.

16.2.2 Para assinatura do Contrato o adjudicatário deverá apresentar o competente instrumento de mandato (Procuração), quando se fizer representar.

16.2.3 O adjudicatário se obriga a comprovar, no ato da assinatura do Contrato ou Pedido de Compra, e manter, durante toda a execução do mesmo, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.2.4 Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do Contrato ou Pedido de Compra, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocadas os demais beneficiários da Ata, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com este instrumento convocatório.

16.3 A Copasa poderá ceder, total ou parcialmente, o Contrato oriundo desta licitação a uma das suas subsidiárias, mediante a celebração de instrumento contratual específico, o qual deverá ser assinado pela licitante vencedora, que desde já concorda expressamente com a cessão contratual.

16.4 **(EXCLUIR ESTA REDAÇÃO QUANDO NÃO HOUVER PARCELAMENTO DO OBJETO)** Em atendimento ao estabelecido no artigo 42 do Regulamento de Contratações da Copasa, quando da contratação, será obedecido o disposto na Nota Técnica 04/2023, anexa a este Edital.

NOTA: As condições de rescisão estão estabelecidas na Clausula “DA RESCISÃO” do Contrato ou Pedido de Compra.

CAPÍTULO DÉCIMO SÉTIMO - DA RECUSA DO BENEFICIÁRIO EM ASSINAR A ATA OU CONTRATO(S) DELA DECORRENTE(S)

- 17.1** Na hipótese do Beneficiário convocado se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, o termo de Contrato ou instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos, a Copasa deverá instaurar processo administrativo punitivo e, se for o caso, dar continuidade ao certame.
- 17.2** A retomada do processo licitatório se dará com a convocação do próximo colocado, na ordem de classificação, observadas as regras deste Edital.

CAPÍTULO DÉCIMO OITAVO: SANÇÕES

- 18.1** Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou do Pedido de Compra a Copasa poderá, garantida a prévia defesa da CONTRATADA, aplicar-lhe as seguintes sanções:
- a) advertência;
 - b) cancelamento do Registro do Beneficiário da Ata;
 - c) multas;
 - d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Copasa, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 18.2** O atraso na entrega causado por eventual reprovação do(s) bem(ns) pelo serviço de Inspeção de Qualidade acarretará à CONTRATADA a aplicação de multas e outras sanções previstas neste Edital.
- 18.3** A multa será aplicada à razão de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor em atraso, considerando:
- a) Nos casos em que houver prorrogação do prazo apenas para efeito de não cobrança de multa contratual, e a entrega ocorrer após esse prazo, a multa será aplicada a partir da data inicialmente prevista no Contrato;
 - b) O cálculo da multa será feito utilizando-se a seguinte fórmula:

$$M = A \times (((1+i)^n) - 1)$$

Onde:

M = valor da multa;

A = valor em atraso;

i = taxa = 0,5% = 0,005/dia

n = período (até 30 dias);

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

c) Após o 30º dia de atraso, desconsiderar a letra “b” e aplicar 16,5% (dezesseis vírgula cinco por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado.

d) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato ou do Pedido de Compra.

Nota: O limite definido na alínea anterior é exclusivo para multa moratória.

(INSERIR REDAÇÃO DE MULTAS OU FAZER REMISSÃO CONFORME INDICADO NA DOCUMENTAÇÃO AUTORIZATIVA/ANEXOS).

18.4 As multas poderão ser deduzidas da caução e/ou dos pagamentos eventualmente devidos pela Copasa à CONTRATADA, ou cobradas administrativa ou judicialmente.

(EXCLUIR TEXTO SOMBREADO SE NÃO HOUVER CAUÇÃO)

18.5 Em decorrência de atrasos continuados e contumazes, poderá a Copasa determinar que a CONTRATADA interrompa o fornecimento do(s) bem(ns), rescindindo o Contrato ou do Pedido de Compra, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas.

18.6 Para aplicação das sanções será observado o disposto no Regulamento de Contratações da Copasa, Parte 06.

18.7 A aplicação da sanção de suspensão, elencada na alínea “d” do item 18.1, implicará na rescisão do Contrato ou do Pedido de Compra pela Copasa, observadas as disposições do Regulamento de Contratações.

18.8 A aplicação das sanções ora referidas não exime a CONTRATADA das demais penalidades a que esteja sujeita pelo Contrato ou, ainda, àquelas estabelecidas por lei e no Regulamento de Contratações da Copasa.

ITENS 18.9 E 18.10, EXCLUIR PARA CONTRATOS ACIMA DE R\$ 9.000.000,00

18.9 Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

18.10 Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito: atos de inimigo público, guerra, revolução, bloqueios, epidemias, fenômenos meteorológicos de vulto, perturbações civis, ou acontecimentos assemelhados que fujam ao controle razoável de qualquer das partes contratantes.

18.11 O atraso na entrega de material de terceiros bem como o fato de tal matéria-prima ou material não atender às especificações técnicas, não são considerados como motivo de força maior.

18.12 Greve dos empregados da CONTRATADA não são motivos para atraso das obrigações do Contrato ou do Pedido de Compra.

ITEM 18.13, PARA CONTRATOS COM VALORES ACIMA DE R\$ 1.500.000,00

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

- 18.13** Caso ocorra greve dos empregados da Copasa durante a execução do Contrato ou do Pedido de Compra, e esse fato interferir na execução contratual, a Copasa poderá apurar o reflexo no fornecimento e elaborar termo aditivo adequando o Contrato ou do Pedido de Compra à nova realidade.

CAPÍTULO DÉCIMO NONO - DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES

- 19.1** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Copasa poderão ser também aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 13.303/2016:

- 19.1.1** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 19.1.2** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação e;
- 19.1.3** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Copasa em virtude de atos ilícitos praticados.

19.2 DA SANÇÃO DE MULTA

- 19.2.1** A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) em decorrência da **interposição de recursos meramente procrastinatórios**, multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- b) em decorrência da **não regularização da documentação de habilitação**, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado da Licitante, multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- c) pela **recusa em assinar o Contrato**, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, multa correspondente a 5% do valor contratual;
- d) em decorrência do **não encaminhamento ou encaminhamento de documentos distintos daqueles solicitados**, conforme procedimento previsto no item 10.2.3 deste Edital, multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

CAPÍTULO VIGÉSIMO - DOS PAGAMENTOS E REAJUSTAMENTO

- 20.1** Os pagamentos serão feitos em Real.
- 20.2** O pagamento dos bens e do frete será efetuado 30 (trinta) dias após cada entrega efetivada, desde que a Nota Fiscal venha acompanhada da CND - Certidão Negativa de Débito do INSS e da CRF - Certidão de Regularidade do FGTS, observado o seu prazo de validade.

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

20.2.1 O(s) equipamento(s) deve(m) ser de fabricação Nacional ou ter índice de nacionalização igual ou superior a 60% (sessenta por cento) e somente serão passíveis de pagamento(s) se seu(s) **fabricante(s)** estiver(em) cadastrado(s) no BNDES - site www.bndes.gov.br, e em cuja(s) Nota(s) Fiscal(is) constar(em) o "Código FINAME" de cada equipamento. O BNDES não libera recursos financeiros para equipamentos com índice de nacionalização inferior a 60% (sessenta por cento). **(REDAÇÃO ESPECÍFICA PARA EQUIPAMENTOS FINANCIADOS PELO BNDES)**

20.3 O pagamento dos bens e do transporte será feito por meio de código de barras (fatura/nota fiscal/boleto bancário) ou por meio de crédito em conta corrente de **pessoa jurídica**, que deverá ser aberta pela CONTRATADA e pela transportadora em instituição bancária.

20.4 O(s) preço(s) contratual(is) será(ao) reajustado(s), observada a periodicidade anual prevista na legislação vigente.

20.5 Caso a CONTRATADA proceda ao protesto de títulos da Copasa e não se configure a respectiva responsabilidade desta pelo atraso ou falta de pagamento, fica, desde logo, a Copasa, autorizada a efetuar a dedução do valor correspondente àquele desembolsado com o pagamento de taxas cartoriais para a baixa de títulos, daquele apurado em medição/fatura da CONTRATADA, ou, na hipótese de não haver créditos a receber desta, a proceder à cobrança direta.

NOTA: As demais condições de pagamento e reajustamento estão estabelecidas no Contrato ou Pedido de Compra.

CAPÍTULO VIGÉSIMO PRIMEIRO - DAS GARANTIAS CONTRATUAIS/ CAUÇÃO **(CASO NÃO HAJA CAUÇÃO, EXCLUIR ESTE CAPÍTULO E DEMAIS TEXTOS RELACIONADOS À CAUÇÃO, RENUMERAR A SEQUÊNCIA)**

21.1 Será exigida prestação de garantia, nos termos do Regulamento de Contratações da Copasa, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que deverá ser prestada pelo contratado, obrigatoriamente, em até 15 (quinze) dias corridos após a data de início da vigência contratual. Caso isto não ocorra, o sistema bloqueará os respectivos pagamentos.

21.1.1 A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, e deverá ter o seu valor expresso em Real:

- a) Caução em dinheiro;
- b) Seguro-Garantia;
- c) Fiança Bancária, de acordo com o modelo anexo a este Edital.

21.1.2 Caso o recibo não seja apresentado até o pagamento da Nota Fiscal/Fatura, a Copasa poderá promover a retenção preventiva de valores a serem pagos

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

ao contratado, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis em face do seu inadimplemento, bem como efetuar a glosa do valor correspondente à garantia não prestada em pagamentos futuros devidos ao contratado, observado o estabelecido nos artigos 257 e 259 do Regulamento de Contratações da Copasa.

21.1.3 A garantia de execução contratual será liberada nos termos do § 4º, do artigo 254, do Regulamento de Contratações da Copasa.

21.1.4 Nos casos de contratação de consórcios, a garantia contratual poderá ser prestada por qualquer das empresas integrantes do consórcio, ainda que esta tenha participação minoritária, sendo todas elas responsáveis solidárias pelo cumprimento da obrigação.

21.2 Será exigida prestação de garantia nas contratações da Copasa, para fins de assegurar a execução contratual, conforme os seguintes critérios:

- a) valores contratuais superiores a R\$100.000,00 (cem mil reais); e
- b) vigência contratual igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) dias corridos.

CAPÍTULO VIGÉSIMO SEGUNDO - DO TRANSPORTE, SEGURO E LOCAL DE ENTREGA

22.1 A carga e o transporte dos bens, bem como a descarga manual ou mecanizada em local indicado pela Copasa correrão por conta e risco do FORNECEDOR. **(MANTER, COMPLETAR OU ADEQUAR A REDAÇÃO CONFORME DOCUMENTAÇÃO AUTORIZATIVA/ANEXOS)**

22.1.1 Embora a Copasa possa aceitar a proposta do FORNECEDOR de pagar o frete diretamente à transportadora, ainda correrão por conta e risco do FORNECEDOR a carga e a descarga dos bens bem como as providências para que as entregas sejam feitas em tempo hábil dentro dos prazos previstos em Contrato ou no Pedido de Compra.

22.1.2 Fica expressamente proibida a contratação de transportador autônomo para o transporte dos bens objeto desta licitação, devendo a empresa transportadora contratada pelo FORNECEDOR estar devidamente autorizada a fazer o transporte dos bens, no que concerne às normas de segurança exigidas. A CONTRATADA deverá advertir a empresa transportadora por ela contratada de que não poderá subcontratar os serviços de transporte dos bens ora licitados.

22.2 Mesmo que o FORNECEDOR tenha seguro sobre a carga transportada, caber-lhe-á a responsabilidade de substituir os bens danificados ou inutilizados durante o transporte, dentro dos prazos estabelecidos em Contrato ou no Pedido de Compra, não tendo a Copasa qualquer ligação com a seguradora.

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

22.3 Somente serão recebidos os bens acompanhados da primeira via da Nota Fiscal e de, pelo menos, mais uma via da mesma, bem como de cópia do Certificado de Liberação ou Autorização de Embarque pelo Serviço de Inspeção de Qualidade da Copasa ou seu preposto e, também, da primeira via do conhecimento de frete, bem como cópia da CND - Certidão Negativa de Débito do INSS e da CRF - Certidão de Regularidade do FGTS, observado o seu prazo de validade.

22.4 Os seguros sobre a carga transportada deverão ser feitos com seguradoras sediadas no Brasil.

22.5 Os bens ora licitados deverão ser transportados e entregues pela CONTRATADA no seguinte endereço: **(COMPLETAR E/OU ADEQUAR A REDAÇÃO CONFORME DOCUMENTAÇÃO AUTORIZATIVA/ANEXOS)**

OU

O(s) material(is) ora licitado(s) deverá(ão) ser transportado(s) e entregue(s) pela fornecedora, devendo ser descarregado(s) e depositado(s) no local indicado pela Fiscalização, exclusivamente por conta e risco da CONTRATADA nos locais constantes do **Anexo “Planilha de Locais de Entrega e Quantitativos”**.

22.5.1 O Anexo “Planilha de Locais de Entrega e Quantitativos”, deste Edital, dispõe as estimativas dos quantitativos de materiais e regiões para entrega. Esses anexos funcionam como parâmetro para formalização da proposta, não estando a Copasa obrigada ao cumprimento dos quantitativos e regiões ali dispostos, podendo incluir e/ou excluir localidades, conforme sua necessidade, durante a vigência da Ata de Registro de preços.

22.5.2 O transporte deverá ocorrer em **(ESPECIFICAR TIPO DE VEÍCULO SE HOVER)** de kg (.....) para a Copasa e de kg (.....) para a COPANOR. **(REDAÇÃO ESPECÍFICA PARA PRODUTO QUÍMICO. PREENCHER DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO SAP. NÃO HAVENDO ESTA EXIGÊNCIA, EXCLUIR)**

CAPÍTULO VIGÉSIMO TERCEIRO - DA INSPEÇÃO DE QUALIDADE E GARANTIA **EXCLUIR ESTE CAPÍTULO PARA PREGÕES DE LANCHE PADRÃO E RENUMERAR A SEQUÊNCIA**

23.1 A Copasa se reserva o direito de submeter o(s) bem(ns) a ser(em) fornecido(s), em decorrência desta licitação, aos testes e procedimentos de Controle de Qualidade, conforme descrito no formulário “Relação de Materiais” e/ou na Norma Técnica e/ou na Especificação Técnica.

23.2 A inspeção poderá ser feita por equipe técnica própria da Copasa, ou por preposto por ela especialmente designado.

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

23.3 As verificações e ensaios necessários para se fazer cumprir as exigências normativas de inspeção, poderão ser efetuadas nas instalações do(s) fabricante(s) o(s) bem(ns) a ser(em) fornecido(s), em laboratório brasileiro credenciado pelo Inmetro/RBC (Rede Brasileira de Calibração) ou ainda em Laboratório brasileiro credenciado por organismo que faça parte do Acordo de Reconhecimento Mútuo (MRA), devendo todos os custos necessários para a realização das verificações e ensaios ser de responsabilidade da CONTRATADA.

23.3.1 No caso do fabricante ser de origem estrangeira e não sendo possível a realização da inspeção no Brasil, nas condições acima citadas, fica a CONTRATADA responsável por prever e assumir os custos das atividades de inspeção no país de referência, disponibilizando as condições necessárias para o acompanhamento das mesmas. Neste caso, todos os custos para a realização da inspeção (deslocamentos, passagens aéreas, alimentação, hospedagem e disponibilização de intérprete para acompanhamento em fábrica (se necessário), assim como, para tradução juramentada de todos os documentos a serem apresentados, para o idioma português, correrão por conta da CONTRATADA.

23.4 O FORNECEDOR deverá solicitar a inspeção técnica do(s) bem(ns), formalmente à Copasa, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data desejada, por meio do envio do formulário "SOLICITAÇÃO DE INSPEÇÃO DE MATERIAIS DE FORNECEDOR CONTRATADO-SIFC, devidamente preenchido, através do e-mail usls.ep@copasa.com.br. Salientamos que este formulário está disponível no site www.copasa.com.br.

23.5 Caso a Copasa, através de seu representante, não compareça na data estipulada para a realização da inspeção, o(s) bem(ns) envolvido(s) será(ão) considerado(s) autorizado(s) para embarque, devendo a inspeção do(s) mesmo(s) ser realizada no local de entrega.

23.6 No momento do recebimento o(s) bem(ns) no local por ela designado, a Copasa reserva-se o direito de recusar, no todo ou em parte, aquele(s) considerado(s) defeituoso(s), imprestável(eis), ou que, inspecionado(s), não venha(m) acompanhado(s) de documento de Autorização de Embarque de Materiais ou Laudo de Inspeção de Materiais, emitido pelo representante do Controle de Qualidade, ou ainda, que tenha(m) sido danificado(s) no transporte ou na descarga, obrigando-se o FORNECEDOR a substituí-lo(s), após comunicação formal, sem qualquer ônus adicional.

23.7 Ocorrendo a rejeição, total ou parcial, o(s) bem(ns) pelos critérios previstos nas normas e especificações técnicas, a Copasa sustará o pagamento da Nota Fiscal correspondente, bem como poderá cancelar o pedido, no todo ou em parte.

- 23.8** Quando o(s) bem(ns) destinado(s) a inspeção de qualidade, não for(em) disponibilizado(s) pelo FORNECEDOR nas datas estabelecidas, as despesas resultantes da não efetivação das referidas inspeções, deverão ser reembolsadas à Copasa, pelo FORNECEDOR.
- 23.9** A recusa de bem(ns) pelo representante do setor de Controle de Qualidade da Copasa, não será motivo para prorrogação dos prazos de entrega, parciais ou totais, fixados no Contrato ou no Pedido de Compra.
- 23.10** No caso de rejeição, total ou parcial, a CONTRATADA poderá reapresentar o(s) bem(ns) para nova inspeção, uma única vez, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de emissão do Laudo de Inspeção de Material. Nesse caso, todos os custos para a realização de nova inspeção, incluindo deslocamentos, passagens aéreas, alimentação, hospedagem em hotel de categoria mínima 03(três) estrelas e traslados para este fim, correrão por conta da CONTRATADA.
- 23.11** No caso de fornecimento parcelado, o lote a ser considerado para fins de aplicação dos planos de amostragem, será referente ao apresentado para inspeção, e não ao total do quantitativo do Contrato ou Pedido de Compra.
- 23.12** O(s) bem(ns) colocado(s) à disposição do FORNECEDOR por qualquer motivo e que não for(em) retirado(s) no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de comunicação da Copasa, poderá(ao) ser devolvido(s) com frete a ser pago pela empresa fornecedora ou ser(em) destinado(s) pela Copasa, da maneira que melhor lhe convier.
- 23.13** O(s) bem(ns) a ser(em) fornecido(s) em decorrência desta licitação, deverá(ao) estar garantido(s) contra qualquer defeito(s), devendo ser substituído(s) pelo FORNECEDOR sem quaisquer ônus, quando notificado pela Copasa.

OU, (NO CASO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS)

- 23.13** O(s) bem(ns) e demais componentes do fornecimento deverá(ão) estar garantido(s) contra eventuais defeitos de fabricação, utilização de materiais ou de processos inadequados, incorreções, falhas de montagem ou danos de transporte, conforme condições descritas na(s) **(ADEQUAR A REDAÇÃO DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO AUTORIZATIVA/ANEXOS)**

OU (NO CASO DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS)

- 23.13 (APÓS VERIFICAR E CASO NÃO HAJA PREVISÃO DE GARANTIA NA DOCUMENTAÇÃO)** O(s) bem(ns) objeto deste Edital deverá(ao) ter garantia conforme Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

OU (A REDAÇÃO ABAIXO (22.1 À 22.9), QUE PODERÁ SER ADEQUADA, QUANDO DO FORNECIMENTO DE PRODUTO QUÍMICO)

- 23.1** A Copasa se reserva o direito de submeter o produto a ser fornecido, em decorrência desta licitação, à inspeção de qualidade.
- 23.2** A inspeção poderá ser feita por equipe técnica própria da Copasa, ou por técnicos por ela especialmente designados para este fim, tanto nas instalações do fornecedor, quanto no local de destino, a critério da Copasa.
- 23.3** O Produto Químico objeto do fornecimento, cujos parâmetros não se enquadrarem nos valores estabelecidos e especificados no formulário de “Relação de Materiais” anexo, será rejeitado, obrigando-se a CONTRATADA a substituir a remessa, sem qualquer ônus adicional, sem prejuízo das cominações legais e contratuais impostas pelo inadimplemento do Contrato. **(MANTER ESTA REDAÇÃO QUANDO NÃO HOUVER PREVISÃO DE GLOSA)**
- OU**
- 23.3** O Produto Químico objeto do fornecimento, cujos parâmetros não se enquadrarem nos valores estabelecidos e especificados, ou que não se encaixarem nos limites de glosa definidos no formulário de “Relação de Materiais” será rejeitado, obrigando-se a CONTRATADA a substituir a remessa, sem qualquer ônus adicional, sem prejuízo das cominações legais e contratuais impostas pelo inadimplemento do Contrato. **(MANTER ESTA REDAÇÃO QUANDO HOUVER PREVISÃO DE GLOSA)**
- 23.4** O Produto Químico, objeto desta licitação, submetido a análise, cujo resultado de algum elemento tóxico exceder ao limite individual máximo constante da especificação do formulário de “Relação de Materiais” anexo, será rejeitado, obrigando-se a CONTRATADA a substituir a remessa, sem qualquer ônus adicional, sem prejuízo das cominações legais e contratuais impostas pelo inadimplemento do Contrato.
- 23.5** O fornecedor deverá apresentar para cada carregamento entregue na Copasa um Certificado de Análise físico-química do produto fornecido, que comprove que o produto químico está em conformidade com a especificação da Copasa, e, a cada lote do produto que for entregue, deverá também apresentar laudos de análises contendo resultados analíticos, emitido por laboratório e assinado por químico responsável devidamente registrado no Conselho Regional da categoria, que comprove que os teores de metais pesados que possam estar contidos no Produto Químico entregue no período, não são superiores ao estabelecido pela Copasa como aceitáveis.
- 23.6** O fornecedor reembolsará a Copasa de todas as despesas por esta feitas com Inspeções da Qualidade que resultarem em recusa do produto inspecionado.

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

- 23.7** Ocorrendo a rejeição, total ou parcial, do produto pelos critérios de aceitação ou rejeição previstos, a Copasa sustará o pagamento da Nota Fiscal correspondente, bem como poderá cancelar o pedido, no todo ou em parte.
- 23.8** O produto colocado à disposição do fornecedor por qualquer motivo (rejeição pela Inspeção de Qualidade, recebido a mais do que foi contratado, etc.) e que não for apanhado dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da data de comunicação expressa da Copasa, poderá ser devolvido com frete a ser pago pela empresa fornecedora ou então ser considerado inservível pela Copasa, e, assim, ser inutilizado.
- 23.9** Reserva-se à Copasa o direito de recusar, no todo ou em parte, o produto considerado imprestável ou que, após inspecionado, não tenha sido aprovado pelo serviço de Inspeção da Qualidade, obrigando-se o fornecedor a substituí-lo, mediante novo faturamento, sem qualquer ônus adicional.

CAPÍTULO VIGÉSIMO QUARTO - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 24.1** Os termos "FORNECEDOR" e "CONTRATADA", empregados no presente Edital, têm aqui o mesmo significado e referem-se indistintamente à licitante vencedora que vier a ser contratada mediante a formalização do competente Contrato ou Pedido de Compra.
- 24.2** Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

(MANTER A REDAÇÃO A SEGUIR QUANDO O PRAZO DE PUBLICIDADE DO EDITAL FOR A PARTIR DE 10 (DEZ) DIAS)

- 24.3** Este Edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimentos ou impugnações, motivadamente, por qualquer pessoa física ou jurídica até o 05º (quinto) dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação.
- 24.3.1** As impugnações deverão ser processadas, julgadas, decididas e ter o resultado comunicado aos interessados em até 03 (três) dias úteis.
- 24.3.2** As impugnações e/ou questionamentos deverão ser encaminhados para o e-mail cpli.licita@copasa.com.br, ou protocolizados na Copasa, à Rua Carangola, 606, Santo Antônio, em Belo Horizonte/MG, no horário de 08:30 às 12:00 e de 14:00 às 17:30 horas, nos dias úteis.

(MANTER A REDAÇÃO A SEGUIR QUANDO O PRAZO DE PUBLICIDADE DO EDITAL FOR INFERIOR A 10 (DEZ) DIAS)

- 24.3** Este Edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimentos ou impugnações, motivadamente, por qualquer pessoa física ou jurídica até o 02º (segundo) dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação.

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

24.3.1 As impugnações deverão ser processadas, julgadas, decididas e ter o resultado comunicado aos interessados em até 01 (um) dia útil.

24.3.2 As impugnações e/ou questionamentos deverão ser encaminhados para o e-mail cpli.licita@copasa.com.br, ou protocolizados na Copasa, à Rua Carangola, 606, Santo Antônio, em Belo Horizonte/MG, no horário de 08:30 às 12:00 e de 14:00 às 17:30 horas, nos dias úteis.

24.4 A não apresentação de dúvidas dentro do prazo fixado no item anterior pressupõe o pleno entendimento dos documentos mencionados.

24.5 As licitantes deverão consultar diariamente o site da Copasa na página específica da Licitação para verificação de esclarecimentos deste Edital, especialmente no dia da sua realização, não podendo alegar desconhecimento em relação às informações disponibilizadas relativas ao Edital.

24.6 O(a) Agente de Licitação, no interesse da Administração, poderá relevar omissões observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometem a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

24.7 Caberá ao representante credenciado acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

24.8 A CONTRATADA deverá observar o disposto na matriz de risco anexa a este Edital e ao Contrato, onde está(ao) descrito(s) o(s) risco(s), a(s) definição(ões), a alocação do(s) risco(s), se da CONTRATADA ou da Copasa, ou de ambas as partes, onde estão estabelecidas as Cláusulas de mitigação.

24.9 A Copasa poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, bem como anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiros, ficando assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

24.10 Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pela CPLI - Comissão Permanente de Licitações da Copasa, no horário de 08:00 às 11:30 horas ou de 14:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta-feira, pelos telefones (31) 3250-1014, 3250-1573 e 3250-1276, ou pelo e-mail cpli.licita@copasa.com.br.

24.11 Fazem parte integrante deste Processo, como se nele estivessem anexados, os seguintes documentos disponibilizados no site da Copasa:

INSERIR OU EXCLUIR ANEXOS DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO AUTORIZATIVA/ANEXOS

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

- ♦ Anexo “Proposta Comercial e Julgamento”
- ♦ Anexo “Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”
- ♦ Minuta da Ata de Registro de Preços
- ♦ Minuta de Termo de Adesão para Carona
- ♦ Minutas de Contrato Copasa e COPANOR
- ♦ Modelo de Declaração de Envio de Documentação por e-mail
- ♦ Modelo de Pedido de Compra
- ♦ Modelo de Carta de Fiança Bancária
- ♦ “Parte II - Folha de Dados para Proposta”
- ♦ Especificação Técnica
- ♦ Norma Técnica
- ♦ Anexo A - “Instruções Gerais”
- ♦ Anexo B - “Modelo de Termo de Referência”
- ♦ Anexo C - “Folha de Dados do Equipamento”
- ♦ Projeto(s)
- ♦ Nota Técnica 04/2023 **(MANTER ESTA REDAÇÃO PARA PROCESSOS QUE HOUVER A PREVISÃO DE PARCELAMENTO DO OBJETO)**
- ♦ Cronograma
- ♦ Cartilha do Fornecedor
- ♦ Matriz de Riscos
- ♦ Normativo da Avaliação de Empresa Contratada **(MANTER ESTA REDAÇÃO PARA PROCESSOS CUJO VALOR ESTIMADO SEJA ACIMA DE R\$50.000,00)**
- ♦ Regulamento de Contratações da Copasa
- ♦ Anexo - Procedimento Administrativo Punitivo (PAP)
- ♦ Código de Conduta e Integridade para Fornecedores
- ♦ Política de Proteção de Dados Pessoais
- ♦ Política Defesa da Concorrência
- ♦ Política *Due Diligence* de Integridade da Copasa **(MANTER ESTE ANEXO PARA PROCESSOS CUJO PRAZO CONTRATUAL SEJA IGUAL OU SUPERIOR A 12 (DOZE) MESES E VALOR SEJA IGUAL OU SUPERIOR A R\$ 2.500.000,00)**

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.

- ◆ Outras Políticas da Copasa
- ◆ Formulário “Relação de Materiais” Lotes 01, 02, 03 e 04

Belo Horizonte, ... de de

INSERIR NOME DO CHEFE/GERENTE

CHEFE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPLI

APROVAÇÃO

Aprovado conforme CI Nº 015/2024, em 14/11/2024.

MARCO AURÉLIO MARTINS DA COSTA VASCONCELOS
DIRETORIA ADJUNTA JURÍDICA - DRJU

O texto com fundo cinza poderá ser adequado aliando o formato da licitação a seus anexos específicos, aprovados pela PRJU.